

A QUESTÃO INDÍGENA, EM JORNAL IMPRESSO, PRÓXIMO À TERRA KAINGANG

Jorge Tarachuque

RESUMO: Este estudo, que versa sobre a questão indígena, com base em matéria publicada na imprensa da região onde estão localizadas as terras kaingang Mocooca e Queimadas, levanta algumas hipóteses, averiguadas a partir de pesquisa de campo. A primeira parte apresenta a contextualização da realidade histórica, geográfica, política, cultural, religiosa e social do povo kaingang, bem como enfoca a ameaça de graves e irreversíveis impactos que possam surgir, em vista da possibilidade de construção da Usina Hidrelétrica Mauá (UHE Mauá). A segunda parte apresenta uma crítica ético-étnica sobre jornais impressos que circulam na região onde estão os kaingang, identificando em tais periódicos os elementos que aqui passam a ser denominados: “invisibilidade” e “distorção”. Na terceira parte, confere particular atenção às perspectivas de uma “outra comunicação”.

Palavras-chave: Questão indígena, Preconceito, Ética e Imprensa, Jornalismo

Introdução

Por ocasião de meus trabalhos desenvolvidos com os povos indígenas, a contar de 1994, quando, residindo em Iraí, ao norte do Rio Grande do Sul, iniciei minhas atividades no Cimi Sul¹, acompanhei de modo especial a luta do povo kaingang pela terra. Ali sempre observei com curiosidade o tratamento dispensado ao assunto, pela imprensa das proximidades, quase sempre carregada de preconceitos e revelando alto grau de desconhecimento de toda a riqueza e diversidade cultural presentes nesses povos. Ao que parece, quanto mais próximos das terras indígenas, mais os preconceitos se reforçavam por parte dos não índios, interessados nas referidas terras, e que por isto mesmo tratavam aquelas comunidades como entrave ao “progresso e desenvolvimento”. Essa atitude refletia um pensamento quase generalizado, vigente nas pequenas cidades ou vilas próximas, onde ainda hoje perdura tal desconhecimento e distorção, expressos, ora explícita, ora implicitamente.

O presente trabalho surge originalmente das observações sobre o ocultamento, uma espécie de negação da vida kaingang por parte dos meios de comunicação, neste caso mais

¹ Cimi Sul – Conselho Indigenista Missionário, regional Sul, órgão da CNBB, abrangendo os estados de SP, RJ, PR, SC e RS. Sua atuação indigenista, desde 1972, tem se voltado para o acompanhamento e apoio às Comunidades Indígenas em suas lutas pela terra, pela demarcação e respeito aos Povos Indígenas e sua diversidade cultural e linguística. Isto numa metodologia e perspectiva da autonomia dos Povos Indígenas.

precisamente a imprensa local. Desde 2005, quando passei a residir e atuar como missionário redentorista em Telêmaco Borba, cidade paranaense a 70km das terras kaingangs Mococa e Queimadas, localizadas no município de Ortigueira-PR, procurei, em minhas visitas àquelas duas localidades, interagir com a comunidade indígena. Inclusive, empenhei-me em passar informações sobre os graves e irreversíveis impactos que estariam por ocorrer, principalmente em relação ao Rio Tibagi e seus afluentes, de onde os kaingang obtêm uma variedade de peixes que constituem um dos seus principais alimentos e fonte de proteína. Impacto este, inevitável, caso o governo federal, com o PAC², e o governo estadual, com a COPEL, dêem continuidade, de forma irresponsável, ao ato de apoiar o projeto de construção da Usina Hidrelétrica Mauá, pelo consórcio firmado entre Copel³ e Eletrosul. Ambas constituem, por sua vez, o Consórcio Cruzeiro do Sul, com o propósito de construir o que se pode considerar o maior crime ambiental, social, cultural

e contra a saúde pública, na história do Paraná. Em todo o processo inicial dos Estudos e do Relatório de Impacto Ambiental - EIA/RIMA⁴, o povo kaingang foi incrivelmente desconsiderado, e sequer foi ouvido, conforme determinação Constitucional⁵. Nos estudos iniciais sobre os impactos, não consta qualquer estudo antropológico ou arqueológico, sendo que a imprensa local jamais considerou as possibilidades dos impactos sobre o povo kaingang, o que faz com que o fato mereça um estudo.

A imprensa da região ou local não tem dado visibilidade e nem a importância necessária, em face dos reais impactos em relação à cultura e sobrevivência do povo kaingang. Para buscar uma resposta a esse laconismo, que é a epigênese de minhas indagações, este estudo, alicerçado em pesquisa, surgiu como um desafio de investigar o fenômeno, ou seja: o controle dos meios de comunicação pelos interesses econômicos e políticos, nos mais diversos espaços.

Como pano de fundo, está colocada a questão ética, frente à ganância de colonizadores (passado) e neocolonizadores (presente) em invadir, escravizar, roubar e destruir as riquezas naturais das terras tradicionais dos povos indígenas que ocupam esta região desde tempos imemoriais. São as bases da nação brasileira dominando, pela força, as terras indígenas e suas riquezas naturais, exterminando povos e submetendo outros a formas de vida que lhe eram

² PAC – Plano de Aceleração do Crescimento, política do governo federal, com apoio do BNDS – Banco Nacional de Desenvolvimento Social, em 950 milhões.

³ COPEL- Companhia Paranaense de Energia Elétrica, estatal do Governo do Estado do Paraná.

⁴ EIA/RIMA- Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental, necessários antes da construção dos Grandes Projetos como as Usinas Hidrelétricas. Porém o EIA/RIMA da UHE Mauá contém muitas lacunas e fraudes, comprovadas pelo Ministério Público Federal.

⁵ Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, Cap. VIII ; artigos 231 e 232.

estranhas, ferindo gravemente sua cultura, tudo isso resultando em violento preconceito contra os povos indígenas sobreviventes, o que vem sendo estimulado pela escola, livros didáticos e, com maior abrangência, pelos meios de comunicação de massa, muitas vezes de forma sutil, cômica ou veladamente.

O objetivo da abordagem deste tema é investigar a suposição de que a invisibilidade e a distorção no tratamento da questão indígena reforçam preconceitos contra esses povos. Para embasar este propósito de averiguação, selecionei três jornais produzidos na cidade de Telêmaco Borba e com circulação semanal nas cidadezinhas da região.

A questão da ética foi aqui considerada de modo especial, de vez que vivemos tempos neoliberais e neocolonizadores, onde a regra é a violência contra os povos indígenas, ferindo seus direitos e cultura. É possível perceber que isto acontece de forma contínua e sem trégua, ganhando legitimidade a cada impunidade e fortalecendo, deste modo, os preconceitos, ora declarados e escancarados, ora ganhando um formato mais sutil. Desta forma, é apresentada a questão sobre “até que ponto os interesses econômicos podem sobrepor-se aos limites da ética, do respeito à pluralidade, da verdade e da transparência”.

Os Kaingangs de Mococa e Queimadas, no Paraná

Em relação ao Rio Tibagi, é importante considerar que é o mais importante do Estado do Paraná, em termos históricos, sociais, culturais e ambientais. Ao nascer em Palmeira, próximo do município de Ponta Grossa, o rio Tibagi passa por uma área onde as rochas absorvem muita água, sendo os arenitos responsáveis pelo grande volume de água que alimenta o rio e por ele corre, já nos seus primeiros 200 quilômetros. Contudo, nesta área o Tibagi recebe grande quantidade de poluentes das regiões de Ponta Grossa, Castro e Tibagi, além dos agrotóxicos liberados pelas lavouras. Na cidade de Telêmaco Borba, o rio ainda sofre um duro golpe, com o despejo do esgoto de mais de 63 mil habitantes e 80 milhões de litros de detritos industriais, sendo a Fábrica de Papel e Celulose Klabin responsável pela maior proporção de poluentes.

Os kaingangs de Mococa e Queimadas, no município de Ortigueira, estão incluídos no espaço que compreende a bacia do Tibagi, região que será gravemente atingida, caso o governo siga com o propósito de construir a Usina Hidrelétrica Mauá, sem considerar os reais impactos.

Existem poucos estudos sobre a relação do povo kaingang com os ecossistemas, sua história, cultura e interações. Desde 1895, com Ambroseti⁶, temos registros sobre os kaingangs. Com Telêmaco Borba⁷ (1908), é que temos, entretanto, detalhes mais precisos de aspectos da cultura kaingang daquela região.

Em pesquisa realizada em 1995 pela antropóloga Kimiye Tommasin⁸, foram abordadas questões referentes ao meio ambiente, mas o tema central eram as relações dos kaingangs com a sociedade nacional (não índia), numa situação de contato e desigualdade. Foi possível demonstrar então como os kaingangs, apesar do processo de contato e dominação a que foram submetidos, continuaram a produzir uma identidade étnico-cultural própria.

A pesquisa identifica, também, as relações dos kaingangs com os rios, margens de rios, corredeiras, matas ribeirinhas, vales e encostas. Os resultados apresentados, ainda que parciais, evidenciam quanto os ecossistemas dos vales do Rio Tibagi e de seus afluentes são imprescindíveis para a sobrevivência física e cultural dos kaingangs.

Vejamos o que nos diz uma liderança kaingang da terra indígena Mococa:

“Os índios é acostumado do mato, dos rios. Na sexta-feira vamos para o Rio Tibagi pescar, também colocamos o pari, e acampamos no meio do mato, fazemos o warê⁹, por isso o Rio Tibagi não pode morrer, não queremos que acabe com o Rio Tibagi, não queremos Usina no rio Tibagi, porque vai trazer doença” Toninho Lourenço Gavog, liderança Kaingang da T. I Mococa.¹⁰

Presença Kaingang na Bacia do Rio Tibagi

⁶ Ambroseti, J.B., Los índios Kaingangues de San Pedro (Misiones). Revista Del Jardim Zoológico, t. II Companhia Sul-Americana de Billetes de Banco, Buenos Aires. 1895.

⁷ Telêmaco BORBA. Actualidade Indígena. Typ. E Lith. A Vapor Impressora Paranaense, 1908. p. 126.

⁸ Kimiye, TOMMASINO, A história dos kaingang da bacia do Tibagi: uma sociedade jê meridional em movimento. USP. Tese de Doutorado.

⁹ Warê na língua kaingang é um acampamento ou abrigo provisório, quando armam o pari, montam o acampamento e mesmo quando acampam próximo às rodoviárias das cidades para vender seu artesanato. O warê pode ser feito dentro da mata servindo de esconderijo para os caçadores. Ele tem uma função de abrigar a família, pois saem juntos, em família.

¹⁰ Caderno de Campo de Jorge TARACHUQUE - Depoimento de Toninho Lourenço Gavog, liderança Kaingang da Terra Indígena Mococa. 02.10.2007.

Antes da invasão não índia, e conseqüentemente dos saques, esbulhos e violências desencadeadas pelos brancos, os kaingangs do Paraná viviam em paz e em equilíbrio com a natureza. Eram os habitantes tradicionais das terras do médio Tibagi. Com a invasão, saques e interferência dos brancos, sua localização ficou restrita a pequenos espaços de terra que, com a ação das colonizadoras e a política dos governos, tornaram-se extremamente reduzidos. Restaram-lhes as Terras Indígenas Mococa¹¹ e Queimadas¹², hoje geograficamente situadas no município de Ortigueira; a Terra Indígena Apucarana, próxima à cidade de Londrina, e as T.I Barão de Antonina e São Jerônimo, no município de São Jerônimo da Serra.

CRÍTICA ÉTICO-ÉTNICA SOBRE O JORNAL IMPRESSO

Com base nas idéias preliminares, o presente estudo julga por bem apresentar uma crítica ético-étnica, no sentido de verificar se existe omissão e superficialidade no tratamento dado à questão indígena, pelo jornal impresso produzido próximo às terras kaingang Mococa e Queimadas. Para tanto, são abordados os conceitos de ética, jornalismo, povos indígenas, preconceito, pluralidade étnica.

Nosso ponto de partida para a averiguação foi o olhar da Comunidade Kaingang Mococa, diante de notícias sobre a previsão da construção da Usina Hidrelétrica Mauá, no rio Tibagi, entre os municípios de Ortigueira e Telêmaco Borba. Toda a comunidade kaingang local mostrou-se preocupada, e todos trataram de manifestar seu posicionamento, tanto que endereçaram ao Ministério Público Federal carta contendo seu posicionamento:

Natingui Ortigueira, 27 de Setembro de 2006.

Nós da Terra Indígena Mococa, do Povo Kaingang, Cacique e liderança desta Comunidade, estamos lutando e dizendo NÃO para a construção das Barragens sobre o Rio Tibagi. Dizemos não, porque não queremos ver o rio Tibagi se acabando, ou melhor, matando o Rio Tibagi. O Rio Tibagi é o que tem nosso alimento tradicional que são os peixes, por exemplo o dourado, pintado, casimba, mandis, lambari, piapara, bagre e cascudo.

Por esse motivo e para que a natureza seja respeitada, não queremos ver a destruição do Rio Tibagi. Por isto pedimos para as autoridades

¹¹ Terra Indígena Mococa com uma população atual de 42 famílias somando em torno de 200 pessoas. A situação fundiária está assim definida: Demarcada pelo SPI -Serviço de Proteção ao Índio (órgão extinto) e posteriormente reduzida. Hoje está Registrada com 860ha no CRI – Cartório de Registro de Imóveis/1996 e no DPU – Departamento de Patrimônio da União/1998. DH. s/n Homologada em 23.05.1996.

¹² Terra Indígena Queimadas com 140 famílias contam uma população de mais de 600 pessoas. A situação fundiária está assim definida: Decreto Estadual 13.722/1951, Identificada pelo SPI, Demarcada em 1988, DH. Homologada em 23.05.1996 e Registrada CRI – Cartório de Registro de Imóveis/1996 e no DPU – Departamento de Patrimônio da União em 1998. com 3.078ha. Esta área foi reduzida drasticamente sendo que em 1915 sua superfície era de 20.548ha decreto 519 de 17/08/1915.

que não deixem destruir o Rio Tibagi. Acabando o Rio, acabam-se também os peixes e acaba também o nosso alimento que tiramos do Rio Tibagi.

Destruindo o Rio Tibagi, vocês também estão acabando com a nossa Comunidade.

Cacique: Antônio Artur

Vice-Cacique: Reginaldo Batarse

*Conselheiros: Salvador Pereira e Pedro Tiburcio.*¹³

Nesta carta da Comunidade Kaingang de Mococa, percebe-se uma crítica étnico-ética. É a voz de um povo indígena originário destas terras ocupadas há séculos pelos kaingangs e outras etnias, como guarani e hetá entre outras, mas pelos kaingangs majoritariamente; povos agora gravemente ameaçados, pois serão os primeiros a sofrer os graves impactos, inclusive na alimentação, uma vez que mais da 60% da proteína consumida pelos kaingangs vêm dos peixes retirados do Rio Tibagi e seus afluentes. Esta carta traz um grito pela vida como um todo. Afinal, a vida cotidiana dos kaingangs se dá na relação com o meio ambiente, de forma interdependente e equilibrada: homem-natureza, e não da maneira desconectada e utilitarista que ocorre na sociedade ocidental capitalista, que vê os recursos naturais unicamente como possibilidade de lucro fácil, sem perceber os desequilíbrios advindos da destruição ambiental; e que, na ânsia de absolutizar o mercado, não admite freios aos seus interesses, desrespeitando deste modo o equilíbrio e a harmonia do todo. Este fato revela a contradição do discurso e prática “desenvolvimentista”, amplamente adotados pelos ideólogos da sociedade capitalista, utilizando os meios de comunicação como instrumento eficaz de convencimento, com vistas à absolutização do mercado em detrimento da vida, tal como age aquela imprensa já mencionada, quando simplesmente omite e esconde o povo kaingang, condenando-o à invisibilidade, conforme se constatou na pesquisa realizada em três jornais da região, no período de maio a outubro de 2007. Foram 26 edições analisadas, com a seguinte posição nos três periódicos:

No jornal “Folha da Cidade”, a questão indígena apareceu em quatro edições, sendo uma nas páginas policiais. No jornal “Correio do Vale”, apareceu em oito edições, e no jornal “Expresso Notícias”, em duas edições.

Para essas matérias, no período de observação (maio a outubro de 2007), os kaingangs não foram entrevistados. Foram apenas citados, ora por órgão governamental respondendo às críticas da Frente de Proteção do Rio Tibagi, ora pelas entidades que defendem o rio Tibagi. De modo geral, são colocados no rol dos impactados, contudo a imprensa da região, em

¹³ Frente de Proteção do Rio Tibagi. *Em Defesa do Rio Tibagi Contra hidrelétricas e a favor dos direitos da população*. Cartilha de Estudos e Organização. P. 26

nenhum momento, procurou repercutir a fala das comunidades indígenas sobre a questão em pauta, pelo menos no período de duração da enquete realizada. A divulgação maior se ateve ao próprio empreendimento, sem abordar a morte do Rio Tibagi e seus graves e irreversíveis impactos. Frequentemente, ao ser tratado o tema da Usina Hidrelétrica Mauá, foram destacados aspectos de caráter desenvolvimentista, como a potência total de 362 megawatts: “A hidrelétrica terá capacidade para fornecer eletricidade a uma cidade de quase 1 milhão de habitantes. O reservatório da usina terá 80 km de extensão e 96 quilômetros quadrados de superfície”.¹⁴ Em suma: Não foram levados em conta os graves impactos, apenas foi quantificada a grandeza do empreendimento e o “progresso que trará”.

Pautados por outra lógica cultural, numa postura que configura uma crítica étnica, os kaingangs criticam os interesses nocivos à sobrevivência do seu povo, num apelo à ética dos não índios, de modo particular nas relações frente à prática excludente, violenta e preconceituosa, armas eficazes e permanentemente utilizadas pelos interessados nos recursos naturais que restaram nas terras indígenas.

Reportemo-nos ao que diz a liderança kaingang Toninho Lourenço Gavog, da Terra Indígena Mococa:

Os índios é acostumado do mato, dos rios. Na sexta-feira vamos para o Rio Tibagi pescar, também colocamos o pari, e acampamos no meio do mato, fazemos o warê¹⁵, por isso o Rio Tibagi não pode morrer, não queremos que acabe com o Rio Tibagi, não queremos Usina no rio Tibagi, porque vai trazer doença. Toninho Lourenço Gavog, liderança Kaingang da T.I Mococa.¹⁶

Para os kaingangs, a relação com a natureza é espiritual e de sustentação equilibrada da vida, que implica reafirmar a memória dos saberes acumulados advindos dessa convivência. E isto se dá, necessariamente, a partir da convicção do integrante de um povo em ter uma identidade kaingang, que considera a terra sua mãe. Como as demais etnias indígenas, os kaingangs estão, portanto, sempre envolvidos em um profundo respeito para com a natureza e toda sua megabiodiversidade.

¹⁴ Folha da Cidade, Telêmaco Borba, 08.07.2007, p.3

¹⁵ Warê na língua Kaingang é um acampamento ou abrigo provisório, quando armam o pari, montam o acampamento e mesmo quando acampam próximo as rodoviárias das cidades para vender seu artesanato. O warê pode ser feito dentro da mata servindo de esconderijo para os caçadores. Ele tem uma função abrigar a família, pois saem juntos, toda família.

¹⁶ Caderno de Campo de Jorge TARACHUQUE - Depoimento de Toninho Lourenço Gavog, liderança Kaingang da Terra Indígena Mococa. 02.10.2007.

Neste sentido, acabar com o Rio Tibagi, como denunciam os kaingangs de Mococa, é também acabar com a comunidade kaingang, que mantém uma relação umbilical com a natureza: flora, fauna, rios e peixes.

Mesmo diante dessa complexidade vital, a imprensa local tem sistematicamente se omitido em relação aos povos indígenas, com exceção quando alguma entidade ambiental, Igreja Católica, missionários e ecologistas enviam suas notas em defesa dos direitos indígenas para publicação nos jornais locais. Publicam então uma ou outra matéria assinada, mas fazem questão de acrescentar a anotação: “de responsabilidade do autor”.

Ao tratar da questão indígena, é preciso compreender a pluralidade étnica, povos indígenas e preconceito. O eixo condutor desta pesquisa, conforme já esclarecido, é a crítica ético-étnica, por conta da averiguação que confirmou a hipótese de omissão, desconhecimento e invisibilidade da questão indígena por parte dos jornais impressos existentes na região próxima das terras indígenas em questão.

A maioria dos kaingangs da região não costuma ler jornal. Mas interage frente ao que é comentado pelos professores indígenas, comerciantes não índios e população em geral, enfim, aqueles que se configuram como receptores das notícias dos jornais da região e que tecem comentários sobre o que foi lido em suas páginas, incluindo aqueles pesquisados: Folha da Cidade, Correio do Vale e Expresso Notícias, periódicos semanais produzidos em Telêmaco Borba, a 70 quilômetros da Terra Mococa. Estes periódicos geralmente têm relegado a comunidade indígena à mais absoluta invisibilidade, ou então revelam grande desinformação sobre a realidade do índio. A reação kaingang tem sido um provocativo silêncio, frente às atitudes e comentários preconceituosos. Vez ou outra, ouve-se em algumas reuniões locais a opinião de algumas lideranças kaingangs sobre a questão.

A partir da seleção de recortes dos jornais e posterior análise dos mesmos, confirma-se a hipótese formulada antes do início da pesquisa, ou seja, a de que os povos indígenas são mantidos na invisibilidade e, quando raramente aparecem nos jornais impressos, são colocados de forma depreciativa e distorcida. É o caso da publicação no jornal “Folha da Cidade”, do dia 10 de outubro de 2007, onde uma notícia sobre índio aparece nas páginas policiais¹⁷. O texto do referido jornal é um elogio ao preconceito. Primeiramente, taxa de índio o indivíduo citado como criminoso, sem identificar se de fato era um índio, ou – em sendo índio – de qual etnia. Outra grave contradição é que o texto inicia dizendo que “um

¹⁷ Índio rouba relógio após dizer que iria orar pela vítima. *Folha da Cidade*, Telêmaco Borba, 10.10.2007; p. 09. Este recorte do jornal estará em anexo. O texto é marcado por contradições e desconhecimento sobre pluralidade étnica.

elemento desconhecido invadiu uma residência no bairro Área 1, onde enganou uma senhora e lhe roubou um relógio, na manhã de sexta-feira, fugindo em seguida”.¹⁸ Adiante, no mesmo texto, segue dizendo que a mesma senhora “recebeu um índio que chegou a sua casa, o mesmo chegou dizendo que ela estava com uma doença, e que para ser curada deveria entregar a ele o relógio de pulso... para fazer uma oração, e no outro dia retornaria”.¹⁹ Afinal... o índio invadiu a residência, ou ela o recebeu em sua casa? Esta contradição aparece logo no início do texto do jornal impresso. Este modo de trazer uma notícia em que aparece o índio é revelador de um (des)conhecimento, uma ignorância sobre a questão indígena e toda a pluralidade étnica existente. Embora haja duas terras indígenas próximas ao jornal impresso, é como se aquela gente não merecesse qualquer menção mais digna. São condenados, assim, ou à invisibilidade ou à distorção.

Tudo isso evidencia, também, o esvaziamento de sentido da própria imprensa manipulada e refém dos interesses econômicos, como se percebe na exaltação da construção da UHE Mauá e sua grandiosidade propulsora de progresso. Aliás, convém ressaltar que a imprensa não é e nunca foi neutra. É preciso sepultar o mito da neutralidade nos meios de comunicação. O que tem ocorrido é a quase ausência do povo indígena no jornal impresso, construindo-se a olímpica invisibilidade de um povo tradicional daquelas terras, mas pressionado a viver em dois reduzidos pedaços de terra denominados de Mococa e Queimadas.

Outras três reservas kaingang paranaenses serão igualmente impactadas: Apucarantina, situada no município de Tamarana; Barão de Antonina e São Jerônimo da Serra, no município de São Jerônimo da Serra. Porém, Mococa e Queimadas estão mais próximas do local da construção da barragem. Todas, porém, no porão da invisibilidade.

Embora os interessados em construir essa UHE Mauá busquem a todo custo trabalhar com fatos criados, ao contraponto da ética faltam com a verdade, pois, enquanto enganam a população sobre benefícios fictícios, tentando convencer que não haverá prejuízos para as pessoas, simplesmente ignoram a comunidade indígena.

Toninho Lourenço, 37 anos, expôs-nos sua tristeza ante a possibilidade das barragens: “Sentiremos falta do nosso alimento, nós como morador do mato, não queremos que façam barragem, pois vai também prejudicar nossas crianças, que se alimentam com o que tiramos do Rio Tibagi”. Em relação à imprensa, Toninho afirma: “Eles deviam tratar os índios igual

¹⁸ Ibid. p. 09.

¹⁹ Ibid. p. 09

aos brancos”.²⁰ Para ele, as notícias devem ser fieis à realidade, o certo é colocar no jornal a posição dos índios, que são contra a usina, pois esta usina vai trazer mais sofrimento: “Estamos acostumados a percorrer o Tibagi, fazer a pesca com pari”.²¹

Os mais velhos na comunidade indígena estão preocupados e torcem para que não seja instalada a usina. “Vai prejudicar nosso povo” - tem sido a fala mais comum na terra indígena.

Isto também prejudicará a esfera dos rituais kaingang, pois há um kuiã²² em Mococa, e não há em Queimadas, mas há uma mulher se preparando para ser kuiã em Queimadas.²³ As crianças falam kaingang e “vão aprender português quando está na escola”... e aos 10, 11 anos já falam português”. Os antigos dizem que caçavam no mato muitos bichos, que foram diminuindo. Há três antigos que estão morando na Terra Mococa. Afirmam que “esta terra é nossa, lá nós comemos peixe, jeijão, milho e pixé”.²⁴

Com a observação de jornais veiculando, durante os seis meses em que durou nosso estudo, estando o povo kaingang das terras Mococa e Queimadas praticamente ausente da imprensa escrita da região, torna-se realmente confirmada nossa hipótese sobre “invisibilidade” e “distorção”.

Para ilustrar este fenômeno, é oportuno ter presente o conceito de Jornalismo, independente de qualquer definição acadêmica, como nos diz o jornalista Clovis Rossi: “É uma fascinante batalha pela conquista das mentes e corações; uma batalha geralmente sutil e que usa de uma arma de aparência extremamente inofensiva: a palavra,²⁵ acrescida de imagens, no caso da televisão.”²⁶ Isto explica a grande quantidade de verba gasta por governos, empresários, partidos e outras entidades nos meios de comunicação. Entrar no âmbito do jornalismo significa ver essa batalha por dentro, desvendar o mito da objetividade e neutralidade.

Merecem destaque alguns conceitos abordados neste estudo, como por exemplo: os conceitos de ética, imprensa, povos indígenas, preconceito e pluralidade étnica, pois fazem parte da complexidade da questão.

Quanto ao conceito de ética, pode-se valer de um dos maiores estudiosos neste campo, o redentorista Marciano Vidal, expoente dos estudos sobre Ética e Teologia Moral. Em sua

²⁰ Jorge, TARACHUQUE. Anotações de caderno de campo 2007

²¹ Ibid. p. 3

²² Kuiã – equivalente a pajé ou líder espiritual do povo. Todo ritual tem haver com a natureza e a um rio livre de barragens.

²³ Ibid. p. 4

²⁴ Ibid p 5

²⁵ O grifo é meu.

²⁶ Clóvis ROSSI, *O que é Jornalismo*, p.7

obra, uma das premissas é que “a sociedade atual está cansada da prepotência da ‘razão instrumental’ e procura o horizonte dos fins e dos significados, este horizonte marca o começo do reino da ética”.²⁷

A visão moral da Igreja na América Latina, com Medellín²⁸ e Puebla²⁹, a partir da aceitação do lugar ético do pobre como critério primordial, leva a refazer o esquema da ética. A opção preferencial pelo pobre introduz na teologia moral mudanças decisivas. A interpretação ética a partir do pobre e, neste caso, do índio, etnicamente diferente e pautado por uma outra lógica cultural, exige uma autêntica mudança no ato de ver a realidade, ampliando os horizontes a partir do olhar do outro.

Em relação ao conceito de imprensa, Perseu Abramo aponta a questão da manipulação da informação, uma das principais características do jornalismo em geral, no Brasil. Segundo ele, há várias formas de inversão da realidade. A fragmentação da realidade em partes e aspectos particularizados, como se fossem gavetas separadas e desarticuladas; a eliminação de uns e a manutenção de outros; a descontextualização dos que permanecem, tudo isso constitui fator essencial para a distorção da realidade e para a criação artificial de uma outra realidade.

Perseu Abramo define o significado político da manipulação da imprensa, afirmando que “uma das principais características do jornalismo no Brasil, hoje, praticado pela maioria da grande imprensa, é a manipulação da informação”³⁰. Isto se dá porque os órgãos de imprensa não refletem a realidade:

A relação entre a imprensa e a realidade é parecida com aquela entre um espelho deformado e um objeto que ele aparentemente reflete: a imagem do espelho tem algo a ver com o objeto, mas não só não é o objeto como também não é a sua imagem; é a imagem de outro objeto que não corresponde ao objeto real. Assim, o público – a sociedade – é cotidiana e sistematicamente colocado diante de uma realidade artificialmente criada pela imprensa e que se contradiz, se contrapõe e frequentemente se superpõe e domina a realidade real que ele vive e conhece.³¹

A afirmação deste autor vem de encontro ao fato que observamos na imprensa da região próxima às terras indígenas Mococa e Queimadas, onde a figura do povo kaingang não

²⁷ Vidal MARCIANO. *Caminhos para a Ética Crist*, p. 24

²⁸ Medellín – II Conferencia Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe, 1968.

²⁹ Puebla - III Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe, 1979.

³⁰ Perseu ABRAMO, *Padrões de manipulação na grande imprensa*, p23.

³¹ *Idib.*, p. 24

aparece e, quando raramente aparece, há alguma distorção e reforço de preconceitos contra a imagem do povo indígena. A invisibilidade e a distorção foram comprovadas pela análise de todas as edições dos já citados jornais de maior circulação na região, no período de maio a outubro de 2007. São periódicos semanais, editados na cidade paranaense de Telêmaco Borba, com circulação em cidades vizinhas, tais como Ortigueira, onde se localizam as terras Mococa e Queimadas, e também nos municípios de Curiúva, Imbaú, Reserva, Ventania, Tibagi, Sapopema, Figueira, Ibaiti, Arapoti, Siqueira Campos e São Jerônimo da Serra.

PERSPECTIVAS PARA UMA OUTRA COMUNICAÇÃO

O que se comprovou em nossa pesquisa e todas as considerações expostas ensejam, a partir da idéia de lugar social dos Povos Indígenas, a idealização ou proposta de perspectivas para uma outra imprensa, que considere as diferenças étnicas e seja pautada pela ética e diálogo inter-religioso e intercultural. Uma comunicação representando novo campo para reafirmar os valores que promovem a inclusão dos mais pobres e abandonados, firmada em respeitosa apreciação do outro diferente, assumindo assim o respeito à pluralidade étnica existente, tornando-se, deste modo, peça fundamental na construção da nova sociedade, de um outro mundo possível, que promova e defenda a vida em toda a sua diversidade.

É preciso ir adiante, não cair na rede do pessimismo e passividade, mas ousar resgatar experiências alternativas, simétricas, solidárias, e isto se pode aprender também das experiências de resistência dos povos indígenas em suas lutas pela vida.

Nesta perspectiva de se construir uma comunicação mais democrática, Joana Puntel, em sua pesquisa sobre a Igreja e a democratização da comunicação, aponta sinais sobre a construção de um novo conceito de Comunicação.

Dentro do contexto teórico de comunicação alternativa, entendida como um processo participativo de comunicação, segundo a definição de Reyes Matta, e como um dos passos importantes para a democratização, a ênfase é colocada nas práticas de comunicação que demonstram ajudar a criação de uma nova ordem de comunicação a longo prazo. É também chamada de comunicação horizontal, comunicação participativa ou comunicação popular, e entende a comunicação como um diálogo. É, portanto, um processo que vai além, acrescentando novas direções de fluxo de mensagem e tipos de conteúdos: ele transcende o modelo linear e unidirecional de comunicação. Como dizem Neruda e Pearce, a comunicação é vista como um interativo, no qual a fonte e o

*receptor partilham a responsabilidade pelo que acontece.*³²

Quando os kaingangs de Mococa se pronunciaram, durante as entrevistas, a respeito da desconsideração sobre a população indígena, eles, de certa forma, implícita e explicitamente, reivindicavam uma outra comunicação, respeitosa, plural, ética, onde seja possível o diálogo entre os diferentes. O princípio democrático deve ser permanentemente evocado, para que uma outra e realmente nova comunicação seja possível.

Dentre os povos indígenas no Brasil, nesses quinhentos anos de invasão, esbulho, saques, violências, citemos o povo kaingang que, a cada desordem imposta pelo colonizador que interferiu e feriu a ordem e harmonia-lógica kaingang, soube dar a volta por cima, se reorganizando a partir da identidade e cosmologia kaingang. Os kaingangs continuarão, pois, se reorganizando, contudo as formas de interferências atuais têm sido cada vez mais destruidoras e devastadoras de seu ambiente.

Uma outra comunicação, realmente outra, constitui o principal desafio do nosso tempo, para que um novo mundo comunicacional-dialógico seja possível.

Para rumar na perspectiva de uma outra comunicação, faz-se válido considerar e refletir sobre o que propõe o pensador francês Edgar Morin, ao tratar do pensamento complexo: “Procurar sempre as relações e inter-retro-ações entre cada fenômeno e seu contexto, as relações de reciprocidade todo/partes: como uma modificação local repercute sobre o todo e como uma modificação do todo repercute sobre as partes”.³³ Deste modo, tendo em vista a situação de “refém” do capital, em que se encontra a imprensa localizada próximo às terras indígenas, se faz urgente repensar a abertura de espaço para o surgimento de uma imprensa respeitosa da diversidade e da pluralidade étnica, mais autônoma dos interesses econômicos e, portanto, mais ecológica.

Entendo que os kaingangs, assim como os demais povos sobreviventes do projeto colonizador, nos apontam outra forma de organizar a sociedade, pois, se compararmos a sociedade ocidental capitalista com os povos indígenas, perceberemos nos povos indígenas fontes de esperança na busca de outras formas de organização da sociedade, em que a pessoa humana seja a preocupação primordial, em vez da acumulação de bens e o lucro fácil. Percebe-se que no modelo indígena há inúmeras experiências do modo de viver, que servem como inspiração de alternativas para a sociedade não índia.

³² Joana, PUNTEL, *A Igreja e a democratização da comunicação*, p. 263.

³³ Edgar MORIN. *A cabeça bem feita*, p.25.

No que concerne aos modelos, o sistema de produção indígena fundamenta-se nas suas tradições. Na cultura indígena, o fruto do trabalho não está alienado daquele que produz, isso quer dizer que aqueles que produzem são também aqueles que consomem. No caso da sociedade capitalista, em sua fase neoliberal, muitas vezes quem produz não é quem consome e nem quem usufrui os benefícios desta produção. Para os povos indígenas, a terra é propriedade coletiva, dessa maneira todas as famílias têm acesso e nela trabalham. O que se almeja das atividades produtivas é o bem-viver, e não o lucro e a acumulação.

Observando atentamente o modo de produção dos povos indígenas, é possível identificar outros modelos alternativos, como forma de superação para alguns dos graves problemas enfrentados em nossa sociedade, quais sejam o preconceito e a exclusão.

A reciprocidade é a base da economia indígena. As práticas de troca são motivadas pela religião, no sentido de comunicação, onde a economia está inserida numa dimensão de festa e alegria. Nessa economia, podem ser consideradas três características que tornam a economia indígena diferente da economia de mercado: ela não é competitiva, nem acumulativa e nem preventiva.

No modelo atual, em que se vive a ditadura do neoliberalismo, não há lugar para todos. A exclusão, a indiferença e o individualismo são tidos como os valores deste modelo, onde existem as pessoas marcadas para morrer, ou seja, aquelas que não são incorporadas ao mercado e são, portanto, descartáveis. Trata-se de milhares de seres humanos que não se encaixam na lei da rentabilidade, nem representam valor econômico, como o eram os escravos.

Como nos alerta o poeta-profeta D. Pedro Casaldáliga, “o capitalismo neoliberal, prepotente e excludente, tem se apoderado, quase totalmente, da comunicação. Quem tem o capital tem a comunicação; e a manipula, explora e distorce”³⁴.

D. Pedro Casaldáliga aponta um outro rumo, para uma outra comunicação: “Do mais caseiro espaço de que dispomos, até as crescentes grandes manifestações, devemos exercer esse supremo dom da comunicação, na verdade, na compreensão e na solidariedade”³⁵.

Contudo, é possível, sim, uma outra Comunicação, construída sob os princípios da ética, da solidariedade e do diálogo intercultural e inter-religioso.

Mais do que nunca se faz necessário construir, a partir das mais diversas realidades, uma nova comunicação, contraposta à dominação neoliberal, ou seja, uma comunicação libertadora que quebre a ditadura do pensamento único, absolutizado e refém dos interesses

³⁴ Agenda Latino-Americana Mundial. 2006. p.266.

³⁵ Ibid. p. 266

econômicos. Uma outra comunicação deve necessariamente formar pessoas para a autonomia. Esta comunicação possível deve valorizar e divulgar as experiências e lutas do povo, estimular a criatividade dos pobres, resgatar a memória e a resistência dos povos indígenas, promovendo junto à sociedade o respeito à pluralidade étnica, onde cada povo com a sua cultura e cosmovisão seja respeitado na sua diferença, e as relações sejam de diálogo e simetria, onde não existam povos “inferiores”, nem “superiores”, mas povos culturalmente diferentes.

CONCLUSÃO

O estudo de caso confirmou a hipótese da “invisibilidade” e da “distorção” no tratamento da questão indígena, por parte de jornal impresso, na região onde se encontram as terras indígenas Mococa e Queimadas. Vale reafirmar o agravante de que, em nenhuma das edições veiculadas no período entre maio e outubro de 2007, consta qualquer tipo de entrevista envolvendo os kaingangs habitantes na região, apesar da iminência de se construir o que pode ser considerado o maior crime ambiental, social e cultural na história do Estado do Paraná: uma usina hidrelétrica denominada Mauá, capaz de matar o Rio Tibagi, entre os municípios de Ortigueira (onde estão os índios) e de Telêmaco Borba (onde são editados os jornais impressos). Outro aspecto relevante da situação é que as duas terras indígenas estão situadas no município de Ortigueira, que detém o menor índice de desenvolvimento humano (IDH) de todo o Estado do Paraná (0,62). Com o impacto da construção da usina hidrelétrica Mauá, será a população indígena que mais sofrerá, visto ter esta pesquisa constatado que mais de 60% da proteína consumida pelos kaingangs vem do rio Tibagi. Isto se ilustra pelo que disseram os kaingangs de Mococa, como uma forte crítica ao nosso modelo de desenvolvimento depredador do meio ambiente e da vida: *“Acabando com o Rio, acabam-se também os peixes e acaba também o nosso alimento que tiramos do Rio Tibagi. Destruindo o Rio Tibagi, vocês também estão acabando com a nossa Comunidade”*.³⁶

O poder econômico, no seu modelo atual, tem ditado as normas e a atuação da imprensa em geral. Imprensa que se pauta pela lógica neoliberal, deixando-se conduzir pela avidez do lucro fácil, perdendo sua autonomia para tornar-se uma espécie de panfleto dos interesses econômicos. Desta forma, o que publica ou deixa de publicar tem um planejamento ao sabor dos interesses. É claro que, no caso pesquisado e averiguado, constam, ainda, elementos como a ignorância e desconhecimento da questão indígena. Contudo, caberia à

³⁶ Frente de Proteção do Rio Tibagi, *Em Defesa do Rio Tibagi Contra hidrelétricas e a favor dos direitos da população. Cartilha de Estudos e Organização*, p.26.

imprensa local buscar conhecer a realidade indígena e divulgar, também, sua própria versão dos fatos.

Este tema é de relevância para o debate ético, pois inclui na discussão o respeito à diversidade e à pluralidade étnica.

A imprensa, quando distorce a realidade indígena ou quando a relega à invisibilidade, não deixa de fazer-se agressora do direito mais elementar dos povos indígenas, o de serem respeitados na sua cultura e cosmovisão. Na solidariedade e nas experiências do nosso povo, pode-se construir, como contraponto da comunicação neoliberal, uma outra comunicação.

Bibliografia

ABRAMO, Perseu. *Padrões de manipulação na grande imprensa*/ Perseu Abramo 1ª. ed. , São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

ASSMANN, Hugo. *Crítica à Lógica da Exclusão: ensaio sobre economia e teologia*. São Paulo, 1994.

BALDUS, Herbert. *Vocabulário Zoológico Kaingang*. Arquivos do Museu Paranaense, Col. VI . Secretaria da Educação e Cultura do Paraná, Curitiba, 1947.

BAUMANN, Zygmunt. *Amor Líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.183p.

BORBA, Telêmaco. *Actualidade Indígena*. Typ e Lith. A Vapor Impressora Paranaense, Curitiba, 1908.

CNBB. *Por uma terra sem males: Fraternidade e Povos Indígenas: Manual*, São Paulo, Salesiana, 2001. 368p.

FRENTE DE PROTEÇÃO DO RIO TIBAGI. *Relatório sobre as transgressões aos Direitos Humanos, Sociais, Econômicos, Culturais e Ambientais na bacia do Tibagi*. Telêmaco Borba, Março, 2007.

GUARESCHI, Pedro. *Comunicação e Poder*. 13º edição. Petrópolis: Vozes, 1993.

MORIN, Edgar. *A cabeça bem feita: repensar a reforma, reformar o pensamento*, tradução Eloá Jacobina. – 8ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. 128p.

NIMUENDAJÚ, Curt. *104 mitos indígenas nunca publicados*. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 21. Fundação Nacional Pró-Memória/SPHAN/ Ministério da Cultura, Rio de Janeiro, 1986.

PREZIA, Benedito e HOORNAERT, Eduardo. *Brasil Indígena: 500 anos de Resistência*. 6ª edição, São Paulo: FTD, 2000.

PUNTEL, Joana T. *A igreja e a democratização da comunicação*. São Paulo: Paulinas, 1984. 322p.

ROSSI, Clóvis. *O que é jornalismo*. Editora Brasiliense, 2007 (Coleção Primeiros Passos), 88p.

SEVERINO, Antônio Joaquim. *Metodologia do Trabalho Científico*. 22ª edição, São Paulo: Cortez, 2002.

TOMMASINO, Kimiye. *A história dos Kaingang da bacia do Tibagi: uma sociedade jê meridional em movimento*. Tese Doutorado/USP, São Paulo, 1995.

VIDAL, Marciano. *Caminhos para a ética cristã*. Aparecida: Santuário, 1989. 150p.